

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aul

Questões Comentadas FGV - Contabilidade Geral e Avançada, Contabilidade de Custos e ADC

Professor: Júlio Cardozo

1. Como será o nosso curso?	4
2. Quais os conteúdos estão sendo mais cobrados?	5
3. Como podemos ajudar?	15
4. Lista de questões	17
<i>Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental - 2018</i>	17
<i>AL-RO - Assistente Legislativo – 2018</i>	20
<i>DPE – RO – 2015</i>	24
5. Questões Comentadas	29
<i>Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental - 2018</i>	29
<i>AL-RO - Assistente Legislativo – 2018</i>	36
<i>DPE – RO – 2015</i>	48
6. Gabarito	68
7. Mapas mentais	69
8. Até a próxima!!	72



Aula 00 – Apresentação

Olá, nobres guerreiros e guerreiras. Espero que esteja tudo bem com vocês! Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou professor das disciplinas de **Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no **Estratégia Concursos**. Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

É uma honra poder estar aqui com vocês com um único objetivo: ajudá-lo tornar-se um especialista em provas de Contabilidade realizadas por uma das bancas mais temidas do Brasil: **Fundação Getúlio Vargas - FGV**.



A FGV tem destacado pelo altíssimo nível de suas questões, na nossa opinião, elabora as **provas de Contabilidade mais difíceis do Brasil!** Não é papo para assustar aluno, meus amigos. É pedreira mesmo! Tem que estar muito bem preparado para obter um bom desempenho e sobreviver aos critérios de aprovação. Por esse nível tão grande de dificuldade, já vimos alguns concursos realizado pela banca onde **simplesmente sobram vagas**, isto é, não temos número de aprovados suficientes para completarem o número de vagas ofertadas nos concursos.

Mas temos que encarar isso de forma positiva, não é mesmo? (Tá de sacanagem, né professor Julio? =D) Tô não, meu caro aluno. Se você está aqui é porque quer fazer parte no grupo dos melhores candidatos e é bom saber que a banca examinadora que faz uma avaliação de alto nível e aqui vale bem aquela máxima: você concorre consigo mesmo, não tem que se preocupar em gabaritar a prova, como em outros concursos por aí.

Amigos, esse estilo peculiar de cobrança, exige uma estratégia de estudo própria, que passa necessariamente pela **resolução de MUITAS QUESTÕES da banca**, pois veremos que a **FGV também repete muitas questões!** E nesse ponto queremos fazer parte da sua preparação, oferecendo o nosso curso de questões comentadas, mas “aguarde aí na poltrona”, pois já falaremos sobre ele, blz?

Dicas importantes:

Entrem no nosso Grupo de Contabilidade no Facebook. Basta digitar no Facebook:





Contabilidade para Concursos - Grupo de Estudos. Todos os dias temos dicas, questões, novidades e discussões sobre concursos públicos e sobre a nossa disciplina de modo geral.



Temos também um Instagram com muitas dicas de Contabilidade. Para quem quer aprender de maneira interativa e gráfica, basta seguir @profjuliocardozo e @contabilidadefacilitada

Queremos dizer que estamos à sua disposição e manter contato com os nossos alunos motiva-nos, a cada dia, a fazer o nosso melhor.·.

Professor Julio Cardozo.
Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.
Isaac Newton.



1. COMO SERÁ O NOSSO CURSO?

Amigos, sejam muito bem-vindos ao nosso Curso de Provas Comentadas de Contabilidade Geral FGV! Agradecemos a confiança no nosso trabalho e será uma honra estar com vocês nessa jornada rumo à aprovação!

“Treine enquanto eles dormem, estude enquanto eles se divertem, persista enquanto eles descansam, e então, viva o que eles sonham”. Provérbio Japonês

A resolução de questões é um PASSO OBRIGATÓRIO no seu trajeto rumo à aprovação. Não tem como fugir e nesse ponto, esse curso de questões irá te ajudar nessa tarefa! O **nosso curso é focado na resolução de questões FGV** e fizemos um pente fino nas últimas questões da banca para mostrarmos aqui o que ela tem cobrado nos últimos. Você verá aqui uma excelente quantidade de questões de 2018 (mais atualizado, impossível) 2017, 2016, 2015 e de anos anteriores, se consideramos que elas são relevantes para o nosso estudo, ok?

O formato desse curso será assim:

- 1) Apresentaremos as questões em sequência;
- 2) Em seguida, as questões comentadas;
- 3) Apresentaremos os mapas mentais;
- 4) **Vamos inserir um resumo de Contabilidade Geral em PDF e vídeo (novidade);**

Nossa sugestão é: imprima a lista de questões e efetue a resolução, e **SEMPRE CONTROLE O SEU DESEMPENHO!** Tenho certeza que ao chegar ao final desse curso você estará fazendo parte do grupo dos melhores candidatos do Brasil em Contabilidade.



Por fim, temos um **fórum de dúvidas**, que é a maneira mais fácil de fazer contato com o professor, além de ser uma ferramenta excelente de estudos. Não deixe de usá-lo.



2. QUAIS OS CONTEÚDOS ESTÃO SENDO MAIS COBRADOS?

Pessoal, a FGV não dá mole em suas questões. Vocês verão que precisam fazer cálculos complexos com bastante agilidade e nem sempre a banca facilita nas contas. Para obtermos um bom resultado, precisamos conhecer bem a literalidade e a aplicabilidade das normas, **ESPECIALMENTE DOS CPCs**.

Não é brincadeira, pessoal. Suas questões cobram itens muito aprofundados dos Pronunciamentos Contábeis. **É a exceção, da exceção!**

Fizemos uma análise muito criteriosa dos concursos mais recentes realizados pela banca (2018, 2017, 2016 e 2015) para descobrirmos os assuntos que têm sido mais exigidos por ela, e deste modo, sermos mais eficientes em nossa preparação. **Analisamos provas de concursos para Contador Público, Auditor Fiscal, vejam:**

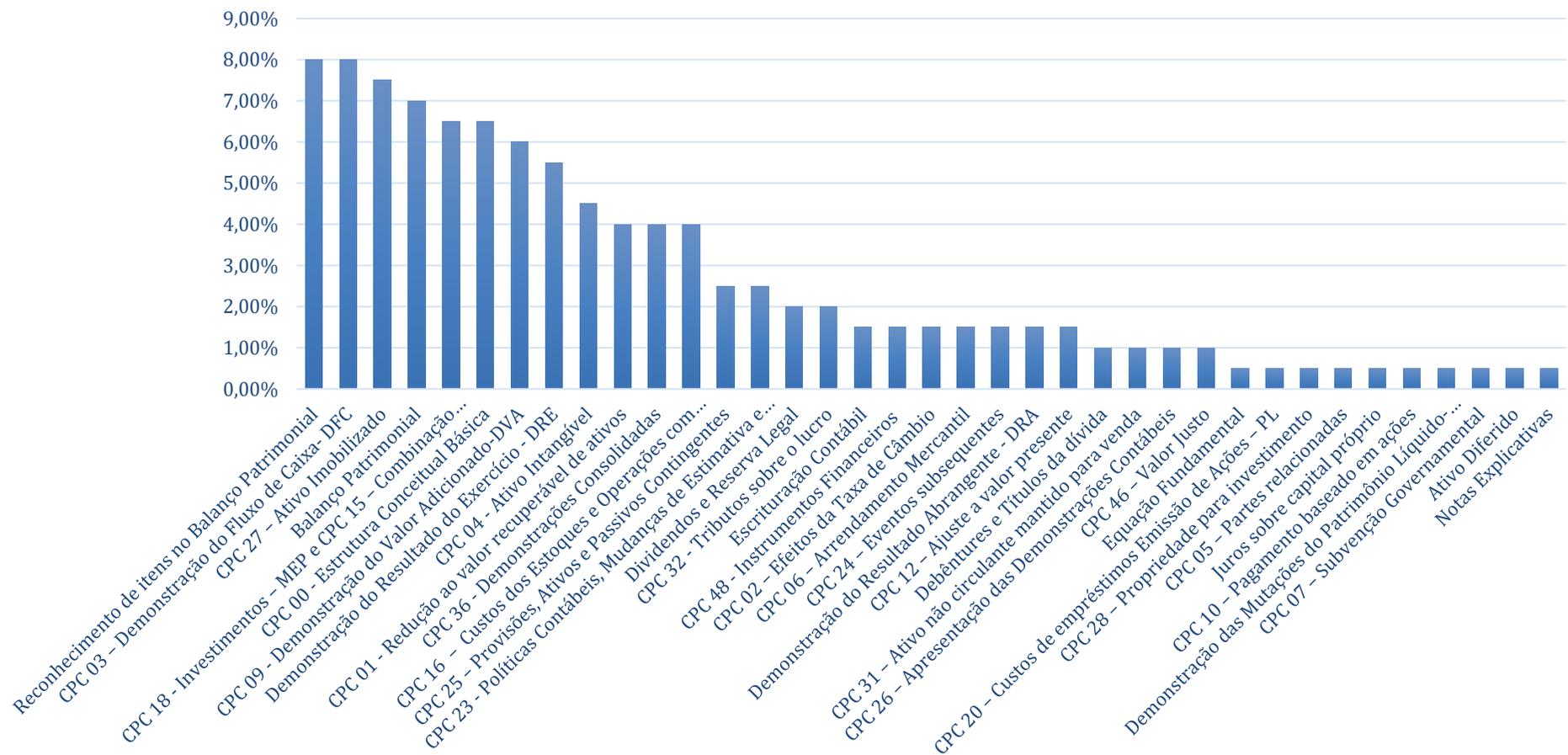
ANÁLISE CONSOLIDADA QUESTÕES FGV CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA		
ASSUNTO	nº de questões	%
Reconhecimento de itens no Balanço Patrimonial	16	8,0%
CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa- DFC	16	8,0%
CPC 27 – Ativo Imobilizado	15	7,5%
Balanço Patrimonial	14	7,0%
CPC 18 - Investimentos – MEP e CPC 15 – Combinação de Negócios	13	6,5%
CPC 00 - Estrutura Conceitual Básica	13	6,5%
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado-DVA	12	6,0%
Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	11	5,5%
CPC 04 - Ativo Intangível	9	4,5%
CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos	8	4,0%
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas	8	4,0%
CPC 16 – Custos dos Estoques e Operações com Estoques	8	4,0%
CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	5	2,5%
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	5	2,5%

ANÁLISE CONSOLIDADA QUESTÕES FGV CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA		
ASSUNTO	nº de questões	%
Dividendos e Reserva Legal	4	2,0%
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	4	2,0%
Escrituração Contábil	3	1,5%
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	3	1,5%
CPC 02 – Efeitos da Taxa de Câmbio	3	1,5%
CPC 06 – Arrendamento Mercantil	3	1,5%
CPC 24 – Eventos subsequentes	3	1,5%
Demonstração do Resultado Abrangente - DRA	3	1,5%
CPC 12 – Ajuste a valor presente	3	1,5%
Debêntures e Títulos da dívida	2	1,0%
CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda	2	1,0%
CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	2	1,0%
CPC 46 – Valor Justo	2	1,0%
Equação Fundamental	1	0,5%
CPC 20 – Custos de empréstimos Emissão de Ações – PL	1	0,5%
CPC 28 – Propriedade para investimento	1	0,5%
CPC 05 – Partes relacionadas	1	0,5%
Juros sobre capital próprio	1	0,5%
CPC 10 – Pagamento baseado em ações	1	0,5%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido- DMPL	1	0,5%
CPC 07 – Subvenção Governamental	1	0,5%
Ativo Diferido	1	0,5%
Notas Explicativas	1	0,5%

ANÁLISE CONSOLIDADA QUESTÕES FGV CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA		
ASSUNTO	nº de questões	%
TOTAL	200	100%



ASSUNTOS MAIS COBRADOS PELA FGV EM CONTABILIDADE - ANÁLISE FEITA POR PROF. JULIO CARDOZO



Baseados nesses dados, gostaríamos de fazer alguns comentários:

Tema mais cobrado: Reconhecimento de itens no Balanço Patrimonial

Pessoal, talvez esse seja um dos grandes diferenciais das provas da Fundação Getúlio Vargas, tema extremamente cobrado nas suas provas: **saber classificar corretamente determinado item no Balanço Patrimonial.**

Pode parecer tarefa simples, mas a FGV vai fundo nos Pronunciamentos Contábeis e elabora questões extremamente complexas sobre o tema. Por exemplo: como classificar um automóvel ou terreno? **Usando algumas ideias mais básicas nossa ideia primária é classificá-los como Imobilizado**, mas temos de acordo com sua destinação, podemos ter outras classificações e esse tipo de questão é recorrente em provas da banca.

A FGV também cobra bastante as contas que compõe o grupo de **Disponibilidades**, como por exemplo, **bancos, numerários em trânsito, caixa.**

Outro exemplo, baseado no CPC 26: **classificar um empréstimo no Passivo Circulante ou Não Circulante.** O CPC 26 afirma que:

Passivo circulante

69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação

O item D já foi cobrado pela FGV em algumas questões; ela apresenta um contrato de empréstimo para ser quitado em 2 anos e o tomador empréstimo deixar de cumprir alguma cláusula e a obrigação

se torna exigível imediatamente. **Como classificar o empréstimo nesse caso?** No curso iremos conversar sobre isso com calma! Vem com a gente!

Segundo Tema mais cobrado: CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Olha aí, nossa querida, amada, idolatrada por todos os concurseiros do Brasil: DFC. Até hoje eu não vi um concurseiro que não goste desse tema (começo a sentir minha orelha queimando neste exato momento” kkk.

Pessoal, as questões de DFC da FGV são muito complexas. A banca costuma apresentar uma sequência de fatos contábeis e devemos apurar o resultado do exercício e, em seguida, **calcular os fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento.**

Um ponto que já cobrado mais de uma vez pela banca foi o **conhecimento de classificação dos juros, dividendos e juros sobre o capital próprio.**

O pronunciamento CPC 03 encoraja fortemente a seguinte classificação:

Juros Recebidos ou pagos → Atividades **Operacionais**

Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos → Atividades **operacionais**

Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos → Atividades de **financiamento**

A empresa pode adotar outra classificação, desde que evidencie tal fato em nota. Fica assim!

		CPC Encoraja	Alternativa
Juros	Pagamento	Operacional	Financiamento
	Recebimento	Operacional	Investimento
Juros sobre capital próprio e dividendo	Pagamento	Financiamento	Operacional
	Recebimento	Operacional	Investimento

Em algumas questões da banca devemos conhecer a classificação do CPC e a alternativa e usá-las dentro da mesma questão! Quer moleza? Hahaha

Terceiro Tema mais cobrado: Ativo Imobilizado

Nesse ponto, nossa banca segue uma tendência nacional de cobrança; é difícil encontramos uma prova de concursos sem que uma questão sobre o Ativo Imobilizado, mas a FGV tem se superado com suas questões do assunto. (Professor, para de puxar o saco da banca, já tá feio, haha).

Percebemos que a nossa banca está cobrando os seguintes temas relacionados com Ativo Imobilizado:

- Definição e correta classificação de um Ativo como Imobilizado;
- **Custo do Ativo Imobilizado** – previsão no CPC 27;
- **Depreciação** –
- **Alienação, baixa e suspensão** de depreciação de Ativos (também previsto no CPC 27)
- Ganho ou perda de capital na venda do Imobilizado;
- CPC 27 x CPC 28 (Propriedade para Investimento); existe um assunto que já foi cobrado mais de uma vez pela banca que é a classificação correta de um terreno que está alugado por determinada empresa. A resposta está na ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos e quem fizer o curso vai aprender com a gente!!

Quarto Tema mais cobrado: Balanço Patrimonial

Amigos, não tem faltado questões da principal demonstração contábil: BALANÇO PATRIMONIAL, mas, professor, o **que especificamente a banca tem exigido em suas provas**, vejamos:

- Definição e Classificação de elementos do Ativo, Passivos e Patrimônio Líquido;
- Diferenciação entre Circulante e Não Circulante (**despenca em provas**)
- Funcionamento das contas do Patrimônio Líquido: Reservas de Lucros (funcionamento de todas), Reservas de Capital, Ações em Tesouraria e Ajuste de Avaliação Patrimonial
- Distribuição de Dividendos;
- Literalidade da lei 6404/76 e CPC 26.

- Notas Explicativas;
- Também tem sido muito comum a apresentação de um **balancete de verificação com diversas contas e a questão solicita o valor de elementos com Ativo Circulante, Imobilizado, Passivo Exigível e etc.**

Quinto Terceiro tema mais cobrado: CPC 15, CPC 18 e CPC 36.

Pessoal, a banca também tem dado atenção especial aos pronunciamentos contábeis que tratam de investimentos em coligadas, controladas, combinações de negócios e **demonstrações consolidadas**. São pronunciamentos bem complexos e os seguintes tópicos tem aparecido com mais frequência:

- Método da Equivalência Patrimonial;
- Demonstrações Consolidadas;
- Reestruturação societária (fusão, cisão, incorporação);
- Identificação e Contabilização de Goodwill, mais-valia e Compra Vantajosa;

Esse é um dos temas mais difíceis de toda Contabilidade e para acertar as questões da FGV você precisa estar muito bem preparado, amiguinho. Já ouviu falar de **Aquisição Reversa**?

Sexto Tema mais cobrado: CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica

O CPC 00 tem sido muito exigido em provas da banca, e a tendência é que **seja mais cobrado**, em virtude da revogação da Resolução nº 750/93, que tratava dos Princípios de Contabilidade. A Estrutura Conceitual aborda elementos importantíssimos esse tema e ganhará mais relevância ainda nos próximos concursos.

As cobranças realizadas pela FGV são, em sua maioria, conhecimento da literalidade da norma, mas, muitas questões mais complexas exigem a aplicação dos conceitos nela apresentados. Temos questões da banca que misturam conceitos previstos em mais de um Pronunciamento Contábil!

Não podemos deixar de conhecer os seguintes tópicos do CPC 00:



- Características qualitativas fundamentais;
- Características qualitativas de melhoria;
- Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral;
- Manutenção do Capital Físico e Financeiro;

Sétimo tema mais cobrado: Demonstração do Valor Adicionado

Outro ponto bem peculiar da FGV: uma cobrança bem significativa de questões da Demonstração do Valor Adicionado – DVA – CPC 09. Há uma mescla de questões teóricas e questões que exigem cálculos. Compete aos candidatos conhecer detalhadamente a estrutura da DVA e alguns casos particulares, como tratamento de tributos recuperáveis, INSS de empregados e patronal, etc.

No último concurso da SEFIN-RO foi cobrado uma questão bem complexa desse tema. Para resolvê-la, o candidato deveria fazer a apuração do resultado do exercício e depois elaborar a DVA. Temos que ter muito cuidados com esses pontos bem particulares da DVA:

- Tratamento de Tributos não cumulativos
- Ativos construídos pela própria empresa
- Mão – de – obra terceirizada
- Ganho e perda na aquisição de imobilizado

Sétimo tema mais cobrado: Demonstração do Resultado do Exercício

A nossa querida DRE também está entre as favoritas da FGV, pessoal e o assunto é praticamente certo na sua prova. A banca aborda o tema de maneiras diversas, como por exemplo, pode apresentar um balancete de verificação com contas patrimoniais, ou diversos fatos contábeis e solicitar o cálculo de itens da DRE, como por exemplo, Lucro Bruto, “Lucro Líquido.

A banca está exigindo a **diferença entre o modelo de DRE previsto na Lei 6404/76 e no CPC 26, incluindo a apresentação pelo Método da Função e pelo Método da Natureza.**

Comentários sobre os demais assuntos:



- INTENSA COBRANÇA DE CPCs:

Como tem sido nos concursos de nível mais alto do Brasil, a **exigência dos Pronunciamentos Contábeis cresce a cada dia, o que não é diferente em questões da FGV**. Você não pode deixar de estudar esse tema. Na tabela apresentada acima, listamos os CPCs que a banca tem mais cobrado.

Além dos CPCs já listados isoladamente, alguns já são carimbados, isto é, estão caindo muito em provas da banca, vejam:

CPC 04 – Ativo Intangível
CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 16 – Custos dos Estoques e Operações com Estoques
CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 32 – Tributos sobre o lucro (esse é casca grossa)
CPC 24 – Eventos subsequentes
CPC 12 – Ajuste a valor presente
CPC 31– Ativo não circulante mantido para venda
CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 46 – Valor Justo
CPC 20 – Custos de empréstimos
CPC 28 – Propriedade para investimento

As questões da FGV sobre Pronunciamentos Contábeis são de altíssimo nível, galera (puxa saco da banca, haha). Em algumas questões temos que **combinar dois ou até mesmo três pronunciamentos para resolvê-la**. Para nós que somos amantes da Contabilidade, é um aprendizado incrível e um grande desafio fazer este curso para vocês.



Vale lembrar no geral os editais não listam quais Pronunciamentos serão exigidos, mas temos apresentado nos nossos cursos aqueles que possuem maior probabilidade de exigência em provas. Além disso, no nosso curso de questões comentadas resolveremos questões de outros CPCs que apareceram em provas de maneira mais esparsa.

Se você quiser melhorar os seus estudos de Pronunciamentos Contábeis, não deixe de conferir este artigo que fizemos sobre o tema:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/cpcs-para-concursos/>

3. COMO PODEMOS AJUDAR?

Pessoal, atendendo a diversos pedidos dos nossos alunos, especialmente após a prova da **SEFIN-RO (a qual consideramos uma das 5 provas de Contabilidade mais difíceis de todos os tempos)** resolvemos lançar esse curso de resolução de questões do FGV em PDF. Obviamente, não será um curso qualquer, queremos fazer um verdadeiro **MANUAL DE CONTABILIDADE da FGV!**

Queremos que você chegue em alto nível na sua prova e tenha plenas condições de obter um excelente resultado na sua prova. Fizemos um pente fino nas provas da banca e resolveremos **MAIS DE 250 QUESTÕES** da FGV.

Além das resoluções, que serão sempre muito bem comentadas para que não fiquem nenhuma dúvida, passaremos também dicas de como resolver questões da banca FGV, **QUE SÃO MUITAS MEUS AMIGOS.**

Comentaremos aqui, no mínimo, as seguintes provas:

- Sefin/RO – Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018
- Sefin/RO – Técnico Tributário/2018
- Sefin/RO – Contador/2018
- Prefeitura de Niterói – Auditoria Governamental – 2018
- Assembleia Legislativa de Rondônia – 2018
- Prefeitura de Salvador – Contador/2017



- IBGE/Analista Contabilidade/2017
- Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro/2017
- Compesa/PE – Contabilidade – 2016
- Prefeitura de Cuiabá – Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2016
- Agente de Fiscalização – TCM SP/2015 (Especialidades Contabilidade e Administração)
- Fiscal de Tributos – ISS Niterói/2015
- ISS Cuiabá/2014
- ISS Recife/2014
- Analista Contábil – DPE/RO/2015
- Auditor Fiscal – ICMS RJ/2015
- Analista de Controle Interno – Recife/2014
- Analista Contábil – DPE/MT 2015
- Auditor Fiscal – ICMS RJ/2009
- Auditor Fiscal – ICMS RJ/2010
- Analista Contábil – DPE MT/2015
- Contador – Caruaru/2015

Vai ser “**soco, tiro e bomba**” o tempo todo, meus amigos. Não tenham dúvida disso. Esse curso vai separar os homens dos meninos, vai ser intenso!!!

Além disso, apresentaremos sempre nas nossas aulas MAPAS MENTAIS como os principais tópicos da aula. Os mapas mentais são ferramentas incríveis que auxiliam muito na fixação de conteúdos e serão de grande ajuda nas suas revisões. Tenho certeza que vocês irão gostar!

Para atingirmos esse objetivo, o nosso curso terá o seguinte cronograma:

Aula 00	Questões Comentadas	08/05/2019
Aula 01	Questões Comentadas	16/05/2019
Aula 02	Questões Comentadas	24/05/2019
Aula 03	Questões Comentadas	01/06/2019
Aula 04	Questões Comentadas	09/06/2019
Aula 05	Questões Comentadas	17/06/2019
Aula 06	Questões Comentadas	25/06/2019
Aula 07	Questões Comentadas	03/07/2019



Pessoal, com esse cronograma você nosso objetivo é que você tenha tempo suficiente para resolver todas as questões, tirar suas dúvidas. Serão quase três meses de muito aprendizado. Dentro do possível, iremos adiantar algumas aulas, mas informamos que podemos ter alterações nesse planejamento, ok?

4. LISTA DE QUESTÕES

PREFEITURA DE NITERÓI - RJ - AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - AUDITORIA GOVERNAMENTAL - 2018

1) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** A diretoria de uma entidade, em 31/01/2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31/03/2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividades em Minas Gerais ocorreu em 31/05/2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31/07/2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31/08/2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividades, um passivo foi constituído em

- (A) 31/01/2017.
- (B) 31/03/2017.
- (C) 31/05/2017.
- (D) 31/07/2017.
- (E) 31/08/2017.

2) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** Uma loja de esportes vendia bolas. Em 01/11/2016, o estoque de bolas estava avaliado em R\$ 2.000 e era composto por 100 bolas. O preço unitário da bola era de R\$ 25,00.

No mês de novembro, nenhuma bola foi vendida. A loja fez uma promoção, diminuindo o preço da bola para R\$ 15,00.

Em dezembro nenhuma bola foi vendida.

Assinale a opção que indica o correto reconhecimento contábil do efeito decorrente da redução do ativo nas demonstrações contábeis de 31/12/2016.



- (A) D - despesa operacional e C - conta redutora do ativo.
- (B) D - conta redutora da receita bruta e C - conta redutora do ativo.
- (C) D - outras despesas operacionais e C - patrimônio líquido.
- (D) D - despesa financeira e C - passivo.
- (E) Não deve haver reconhecimento até que as bolas sejam vendidas.

3) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** A Cia. ABC é contribuinte dos impostos estaduais e municipais. A sociedade empresária apresentou os saldos a seguir, em 31/12/2017.

Vendas brutas:	R\$ 200.000
Abatimentos:	R\$ 10.000
Descontos:	R\$ 12.000
Cancelamento de vendas:	R\$ 30.000
Devoluções de vendas:	R\$ 15.000
Comissão de vendas:	R\$ 4.000
ICMS sobre as vendas:	R\$ 36.000
Receita com equivalência patrimonial:	R\$ 40.000
Custo das Mercadorias Vendidas:	R\$ 60.000
Despesas administrativas:	R\$ 30.000
Receita financeira:	R\$ 22.000
Receita com a venda de ativo imobilizado:	R\$ 70.000
Custo do ativo imobilizado vendido:	R\$ 55.000

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o resultado bruto da Cia. ABC, em 31/12/2017.

- (A) R\$ 37.000.
- (B) R\$ 45.000.
- (C) R\$ 49.000.
- (D) R\$ 85.000.
- (E) R\$ 109.000.



4) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** Em 31/12/2017, uma entidade apresentava o balanço patrimonial a seguir.

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	100.000	Passivo Circulante	140.000
Ativo não Circulante	720.000	Passivo não Circulante	160.000
Realizável a Longo Prazo	120.000	Patrimônio Líquido	520.000
Investimentos	150.000		
Imobilizado	200.000		
Intangível	250.000		

O ativo circulante era composto por R\$ 30.000 em Caixa e R\$ 70.000 em Estoque. Sobre os índices de liquidez e de endividamento da entidade, em 31/12/2017, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liquidez corrente era de 0,50.
- (B) A liquidez seca era de 0,21.
- (C) A liquidez geral era de 2,73.
- (D) O endividamento geral era de 0,58.
- (E) A composição das exigibilidades era de 0,17.

5) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** Uma entidade apresentou, em 2017, um aumento em sua margem líquida, que passou de 10% para 15%. O motivo para o fato registrado foi o aumento

- (A) das despesas financeiras.
- (B) das despesas operacionais.
- (C) da alíquota do imposto sobre a renda.
- (D) da participação de capital próprio.
- (E) do resultado com equivalência patrimonial.

AL-RO - ASSISTENTE LEGISLATIVO -- 2018

6) **(FGV/ AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 01/02/2018, uma loja de móveis recebeu a encomenda de um móvel planejado. O valor total do móvel é de R\$ 9.000, sendo que a loja recebeu metade no ato e, o restante, em 30/04/2018.

O móvel foi construído nos meses de fevereiro, março e abril e foi entregue em 02/05/2018.

Considerando que a loja utiliza o Regime de Competência para controlar as suas vendas, assinale a opção correta em relação à receita apurada.

- A) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 4.500.
- B) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 9.000.
- C) Em março, a receita foi de R\$ 3.000.
- D) Em abril, a receita foi de R\$ 2.250.
- E) Em maio, a receita foi de R\$ 9.000.

7) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 31/12/2017, uma entidade possuía um investimento em outra sociedade com caráter temporário, e pretendia se desfazer do investimento em alguns anos.

Assinale a opção que indica a classificação correta do investimento, no balanço patrimonial de 31/12/2017 da entidade.

- A) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- B) Investimento.
- C) Propriedade para Investimento.
- D) Ativo Intangível.
- E) Patrimônio Líquido.

8) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** As opções a seguir trazem exemplos de informações que são apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) Devolução de vendas.
- B) Provisão para imposto sobre a renda.
- C) Resultado de operações descontinuadas.
- D) Variação cambial.
- E) Distribuição de dividendos.



9) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Uma entidade adquiriu uma máquina, em 01/01/2015, para produção de seu principal produto por R\$ 80.000. A máquina tinha vida útil de dez anos; no entanto, a entidade esperava utilizá-la por oito anos e vendê-la, ao final do prazo, por R\$ 8.000.

Em 02/01/2017, a entidade constatou que máquinas mais modernas estavam sendo produzidas, de modo que reavaliou suas estimativas, passando a considerar a vida útil de três anos e valor residual de R\$ 5.000, a partir desta data.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2017, admitindo que a entidade utilizou o método das quotas constantes para depreciar os seus ativos imobilizados e que não houve ajustes decorrentes do teste de recuperabilidade.

- A) R\$ 5.000.
- B) R\$ 25.000.
- C) R\$ 37.000.
- D) R\$ 43.000.
- E) R\$ 45.400.

10) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 02/07/2018, uma empresa de turismo vendeu um pacote para uma família passar as férias de janeiro de 2019, em Orlando. O valor foi pago integralmente em julho.

Assinale a opção que indica o lançamento correto da transação, na data da venda.

- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|
| A) D – Caixa | C - Receita |
| B) D - Custos dos serviços prestados | C - Receita |
| C) D – Caixa | C - Receita antecipada |
| D) D - Custos dos serviços prestados | C - Receita antecipada |
| E) D – Caixa | C - Resultado de Exercícios Futuros |

11) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 01/04/2017, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de quatro anos, no valor de R\$ 96.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2017.

- A) Ativo Circulante: R\$ 18.000 / Ativo não Circulante: R\$ 78.000.
- B) Ativo Circulante: R\$ 24.000 / Ativo não Circulante: R\$ 54.000.
- C) Ativo Circulante: R\$ 24.000 / Ativo não Circulante: R\$ 72.000.



D) Ativo Circulante: R\$ 42.000 / Ativo não Circulante: R\$ 54.000.

E) Ativo Circulante: 0 / Ativo não Circulante: R\$ 78.000.

12) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade/2018)** Uma entidade brasileira, cuja moeda funcional é o real, vendeu produtos nos Estados Unidos, de modo que, em 31/12/2017, possuía 600 dólares em caixa. A entidade irá utilizar o valor em dólar para comprar nos Estados Unidos peças para conserto de sua impressora.

Assinale a opção que indica a taxa a ser utilizada para a conversão dos 600 dólares em moeda nacional na elaboração do Balanço Patrimonial da entidade, em 31/12/2017.

A) Taxa de compra da instituição financeira na data da transação.

B) Taxa de compra da instituição financeira na data da negociação.

C) Taxa de venda da instituição financeira na data da transação.

D) Taxa de venda da instituição financeira na data final do balanço.

E) Taxa projetada da instituição financeira para o dia de uso do montante.

13) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade/2018)** Assinale a opção que indica, no Balanço Patrimonial de uma entidade, as contas classificadas como Disponibilidades.

A) Conta especial de cobrança e numerário em trânsito decorrente de remessas para filiais.

B) Saldos de contas em bancos em liquidação e conta movimento.

C) Depósitos bloqueados e depósitos vinculados à liquidação de empréstimo.

D) Conta especial para pagamento e saldos de contas em bancos em liquidação.

E) Conta movimento e depósitos vinculados para liquidação de contratos de câmbio.

14) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade/2018)** Uma entidade que possuía dez funcionários costuma pagar os seus funcionários por meio de cheques, sempre distribuídos no último dia útil do mês.

Em 30/01/2018, a entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Caixa	60.000	Capital Social	60.000
Ativo Total	60.000	PL Total	60.000

Em 31/01/2018, a administração da entidade preparou dez cheques de R\$ 5.000 para seus funcionários. Na data, três funcionários receberam seus cheques, enquanto o restante estava trabalhando em um cliente e não conseguiu receber.

Assinale a opção correta sobre os saldos do ativo circulante e do passivo circulante evidenciados no balanço patrimonial da entidade, em 01/02/2018.

- A) R\$ 10.000 e zero.
- B) R\$ 15.000 e R\$ 35.000.
- C) R\$ 60.000 e R\$ 50.000.
- D) R\$ 45.000 e zero.
- E) R\$ 45.000 e R\$ 35.000.



DPE – RO – 2015

15) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Em 01/01/x1, a empresa de navegação Senrota conquistou o direito de concessão para explorar economicamente o transporte de balsa do rio Tuiuiu, em consonância com seu objetivo social. O contrato previa também a prestação de serviços de transporte de balsa para os rios Obaba e Sotutu, todos no estado do Alagados.

O contrato de concessão irá vigorar por 10 anos, renováveis por igual período, caso a Senrota atenda todos os requisitos do contrato, entre eles, disponibilizar nove balsas distribuídas pelos três rios (vide tabela abaixo).

Os investimentos necessários para prestar o serviço e atender o contrato são os seguintes:

Rio	Investimentos \$	Nº mínimo de balsas exigidas no contrato
Tuiuiu	100.000.000,00	3
Obaba	85.000.000,00	4
Sotutu	25.000.000,00	2
Total	210.000.000,00	9

Em 01/01/x2, a Senrota fez um teste de recuperabilidade dos seus ativos e chegou aos seguintes números:

Rio	Balsa	Valor de Mercado \$	Valor de Uso \$
Tuiuiu	1	20.000.000,00	25.000.000,00
	2	20.000.000,00	35.000.000,00
	3	20.000.000,00	40.000.000,00
Obaba	1	20.000.000,00	8.000.000,00

	2	20.000.000,00	20.000.000,00
	3	20.000.000,00	20.000.000,00
	4	20.000.000,00	25.000.000,00
Sotutu	1	20.000.000,00	20.000.000,00
	2	20.000.000,00	15.000.000,00
Total		180.000.000,00	208.000.000,00

Considerando essas informações, a Senrota deve reconhecer uma perda de valor recuperável de ativos no valor de:

- (A) Zero;
- (B) \$ 2.000.000 – para todo o contrato de concessão;
- (C) \$ 7.000.000 – todas as balsas Obaba;
- (D) \$ 12.000.000 – Balsa 1 – Obaba; e \$ 5.000.000 – Balsa 2 – Sotutu;
- (E) \$ 30.000.000 – para todo o contrato de concessão.

16) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Pelas práticas contábeis aplicadas no Brasil, uma debênture com juros anuais de 10%, e conversível em ações da data de seu vencimento por sua emitente, deve ser classificada como:

- a) instrumento derivativo;
- b) passivo;
- c) capital social;
- d) patrimônio líquido;
- e) título híbrido nas demonstrações consolidadas.

17) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** A empresa de softwares Marcosoft S.A. adquiriu, pelo valor de \$ 7.600.000,00, todos os sistemas desenvolvidos por sua concorrente Sopa Ltda. O valor justo dos sistemas é de \$ 6.100.000,00. Nas demonstrações financeiras da Sopa era possível identificar que o custo para desenvolver os sistemas correspondia ao valor líquido de \$ 3.000.000,00.



Considerando as informações acima, a Marcosoft deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como goodwill;
- b) \$ 3.000.000,00 como intangível e \$ 4.600.000,00 como goodwill;
- c) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como despesa;
- d) \$ 3.000.000,00 como investimento e \$ 4.600.000,00 como intangível;
- e) \$ 7.600.000,00 como intangível.

18) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

19) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Um investimento avaliado pelo método de custo deve:

- a) ter periodicamente seu valor justo mensurado e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado;



- b) com base na Lei nº 6.404/76, e suas alterações, ser baixado para resultado ou avaliado ao valor justo;
- c) ser avaliado por equivalência patrimonial;
- d) ter seu valor recuperável testado quando houver evidência de perda;
- e) ser ajustado pela deliberação sobre a distribuição de dividendos.

20) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** A empresa de papel e celulose Sem Cor construiu sua nova planta industrial perto da plantação de eucaliptos. A cidade mais próxima está localizada a mais de 100 km de distância. Com o intuito de auxiliar seus empregados, a empresa construiu um alojamento para ser alugado a eles. No que tange aos gastos com esse alojamento, a classificação correta a ser feita pela Sem Cor é:

- a) investimento;
- b) propriedade para investimento;
- c) imobilizado;
- d) como despesa, já que não atua no ramo de locação;
- e) intangível em função da fidelização do aluguel.

21) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Um grupo de ativo imobilizado tinha como critério de depreciação o número de unidades produzidas. Sua produção variava entre 950 e 1050 unidades por mês. Após perder um cliente, a produção reduziu para 700 unidades ao mês. Entretanto a depreciação continuou considerando uma produção de 950 unidades por 14 meses, o que ocasionou uma distorção expressiva do valor líquido contábil.

Nessa situação, a empresa deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) estornar a diferença imediatamente, creditando a conta de resultados acumulados;
- (B) suspender o reconhecimento da depreciação desse ativo para que o valor líquido contábil retrate a situação econômica do bem;
- (C) alterar o critério de depreciação para o método de quotas constantes;
- (D) manter o nível histórico de depreciação, conforme estabelece o princípio do conservadorismo;
- (E) manter a despesa de depreciação, levando em conta a possibilidade de retomada dos níveis anteriores.

22) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** A Cia Catabento fabrica 2.500 cadernos por dia e possui as seguintes contas de estoques:



Contas	\$
Matéria Prima	100.000,00
Materiais Destinados a Obras	125.000,00
Matérias de Consumo	150.000,00
Mercadorias em Trânsito	175.000,00
Para Revenda	200.000,00
Peças de Reposição de Equipamentos	225.000,00
Produtos Acabados	250.000,00
Produtos em Elaboração	275.000,00

Deve ser classificado no Ativo Não Circulante o seguinte saldo:

- a) zero;
- b) \$ 125.000,00;
- c) \$ 275.000,00;
- d) \$ 350.000,00;
- e) \$ 400.000,00.

23) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Quando uma empresa apresenta em sua demonstração de resultados do exercício um valor classificado como “Lucro do exercício de operações descontinuadas”, um analista de mercado deve previamente saber que:

- a) a empresa vendeu imobilizado e teve lucro nessa operação;
- b) esse lucro pode ser gerado pela venda de uma importante linha separada de negócio ou o resultado de ativos circulantes mantido para a venda;
- c) o resultado (lucro ou prejuízo) de operações descontinuadas substituiu o resultado não operacional após a Lei nº 11.638/2007;
- d) representa um lucro que será realizado no exercício seguinte;
- e) refere-se a receitas eventuais de uma empresa, como o aluguel de ativos que não opera para suas atividades fim.



5. QUESTÕES COMENTADAS

PREFEITURA DE NITERÓI - RJ - AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - AUDITORIA GOVERNAMENTAL - 2018

1) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** A diretoria de uma entidade, em 31/01/2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31/03/2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividades em Minas Gerais ocorreu em 31/05/2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31/07/2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31/08/2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividades, um passivo foi constituído em

- (A) 31/01/2017.
- (B) 31/03/2017.
- (C) 31/05/2017.
- (D) 31/07/2017.
- (E) 31/08/2017.

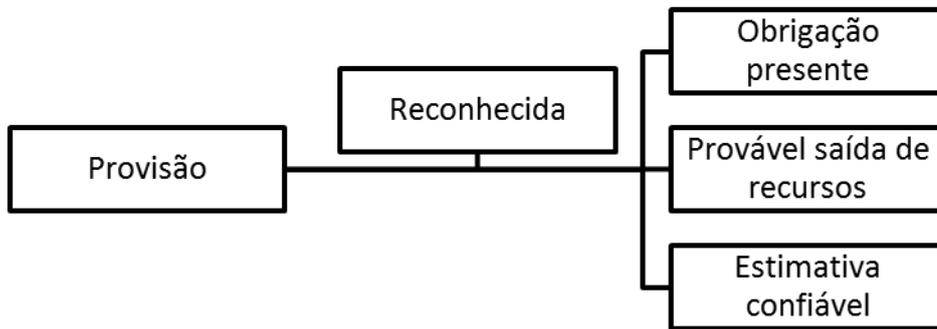
Comentários:

Trata-se de questão sobre CPC 25 – Provisões. No caso em tela, temos o que chamamos de **obrigação não formalizada!** Vejam o que diz o CPC:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente (legal ou não formalizada)** como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.





Se essas condições não forem satisfeitas, **nenhuma provisão** deve ser reconhecida. Uma obrigação não formalizada para reestruturação surge somente quando a entidade:

- (a) tiver um **plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:**
 - (i) o **negócio ou parte** do negócio em questão,
 - (ii) os **principais locais afetados**,
 - (iii) o **local, as funções e o número aproximado de empregados que serão incentivados financeiramente a se demitir**,
 - (iv) os **desembolsos** que serão efetuados; e
 - (v) **quando o plano será implantado**; e
- (b) **tiver criado expectativa válida** naqueles que serão afetados pela reestruturação, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características para aqueles afetados pela reestruturação.

Assim, com a comunicação aos funcionários, clientes e fornecedores, foi criada expectativa válida. Nesta data, portanto, **reconhecemos uma provisão** pela melhor estimativa dos gastos necessários para encerrar as atividades.

Gabarito – B.

2) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** Uma loja de esportes vendia bolas. Em 01/11/2016, o estoque de bolas estava avaliado em R\$ 2.000 e era composto por 100 bolas. O preço unitário da bola era de R\$ 25,00.

No mês de novembro, nenhuma bola foi vendida. A loja fez uma promoção, diminuindo o preço da bola para R\$ 15,00.

Em dezembro nenhuma bola foi vendida.



Assinale a opção que indica o correto reconhecimento contábil do efeito decorrente da redução do ativo nas demonstrações contábeis de 31/12/2016.

- (A) D - despesa operacional e C - conta redutora do ativo.
- (B) D - conta redutora da receita bruta e C - conta redutora do ativo.
- (C) D - outras despesas operacionais e C - patrimônio líquido.
- (D) D - despesa financeira e C - passivo.
- (E) Não deve haver reconhecimento até que as bolas sejam vendidas.

Comentários:

Vamos para o CPC 16.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no **curso NORMAL** dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Um preço promocional é o preço de venda no curso NORMAL? Não! Pode até ser vista como uma transação “forçada”. É apenas uma promoção! Ademais, não se sabe se essa promoção perdurou...O preço de venda normal é 25,00, acima, portanto, do custo. Em nosso entendimento, nenhum ajuste deveria ser feito. Mas o cálculo da FGV foi:

01.11.2016

Custo = $2.000/100 = 20,00$ por unidade

Valor realizável líquido = 25,00 por unidade

No decorrer do mês de novembro

Custo = $2.000/100 = 20,00$ por unidade

Valor realizável líquido = 15,00 por unidade



Portanto, devemos fazer uma redução do valor na data das demonstrações, o chamado “write down”, ajuste ao valor realizável. O montante a ser reconhecido como despesa é de **R\$ 5,00 por unidade**.

A despesa com ajuste é uma despesa operacional. Em contrapartida, lançamos uma conta retificadora do ativo (ajusta para perda nos estoques).

Gabarito → A.

3) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** A Cia. ABC é contribuinte dos impostos estaduais e municipais. A sociedade empresária apresentou os saldos a seguir, em 31/12/2017.

Vendas brutas:	R\$ 200.000
Abatimentos:	R\$ 10.000
Descontos:	R\$ 12.000
Cancelamento de vendas:	R\$ 30.000
Devoluções de vendas:	R\$ 15.000
Comissão de vendas:	R\$ 4.000
ICMS sobre as vendas:	R\$ 36.000
Receita com equivalência patrimonial:	R\$ 40.000
Custo das Mercadorias Vendidas:	R\$ 60.000
Despesas administrativas:	R\$ 30.000
Receita financeira:	R\$ 22.000
Receita com a venda de ativo imobilizado:	R\$ 70.000
Custo do ativo imobilizado vendido:	R\$ 55.000

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o resultado bruto da Cia. ABC, em 31/12/2017.

- (A) R\$ 37.000.
- (B) R\$ 45.000.
- (C) R\$ 49.000.
- (D) R\$ 85.000.
- (E) R\$ 109.000.



Comentários:

CABE RECURSO!

Vendas brutas	200.000
(-) Abatimentos	(10.000)
(-) Descontos	(12.000)
(-) Cancelamento de vendas	(30.000)
(-) Devoluções de vendas	(15.000)
(-) ICMS sobre vendas	(36.000)
= Receita líquida	97.000
(-) Custo da mercadoria vendida	(60.000)
Lucro bruto	37.000

A questão não informou se o desconto é condicional ou incondicional. Sendo incondicional, trata-se de dedução da receita bruta e encontramos como gabarito a letra A.

Todavia, caso seja condicional, trata-se de despesa financeira e encontraremos como gabarito a letra c (49.000). Esse foi o gabarito apontado pela banca e a questão não foi anulada.

Não entram para o cálculo do lucro bruto:

Comissão de vendas	4.000
Receita com equivalência patrimonial	40.000
Despesas administrativas	30.000
Receita financeira	22.000
Receita com a venda de ativo imobilizado	70.000
Custo do ativo imobilizado vendido	55.000

Infelizmente a questão não foi anulada!

Gabarito → C.



4) (FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018) Em 31/12/2017, uma entidade apresentava o balanço patrimonial a seguir.

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	100.000	Passivo Circulante	140.000
Ativo não Circulante	720.000	Passivo não Circulante	160.000
Realizável a Longo Prazo	120.000	Patrimônio Líquido	520.000
Investimentos	150.000		
Imobilizado	200.000		
Intangível	250.000		

O ativo circulante era composto por R\$ 30.000 em Caixa e R\$ 70.000 em Estoque. Sobre os índices de liquidez e de endividamento da entidade, em 31/12/2017, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liquidez corrente era de 0,50.
- (B) A liquidez seca era de 0,21.
- (C) A liquidez geral era de 2,73.
- (D) O endividamento geral era de 0,58.
- (E) A composição das exigibilidades era de 0,17.

Comentários:

Liquidez corrente: Ativo circulante/Passivo circulante

Liquidez corrente: $100.000/140.000 = 0,71$

Liquidez seca: $(\text{Ativo circulante} - \text{Estoque})/\text{Passivo circulante}$

Liquidez seca: $(100.000 - 70.000)/140.000$

Liquidez seca: $30.000/140.000 = 0,21$

Liquidez geral: $(\text{Ativo circulante} + \text{RLP})/(\text{Passivo circulante} + \text{PNC})$

Liquidez geral: $(100.000 + 120.000)/(140.000 + 160.000)$

Liquidez geral: $220.000/300.000 = 0,73$

Endividamento geral: $\text{Exigível total}/\text{Ativo total}$

Endividamento geral: $300.000/820.000 = 0,36$

Composição das exigibilidades: $\text{Passivo circulante}/\text{Exigível total}$

Composição das exigibilidades: $140.000/300.000$

Composição das exigibilidades: 0,46



Gabarito → B.

5) **(FGV/ PREFEITURA DE NITERÓI – RJ/ Auditoria Governamental /2018)** Uma entidade apresentou, em 2017, um aumento em sua margem líquida, que passou de 10% para 15%. O motivo para o fato registrado foi o aumento

- (A) das despesas financeiras.
- (B) das despesas operacionais.
- (C) da alíquota do imposto sobre a renda.
- (D) da participação de capital próprio.
- (E) do resultado com equivalência patrimonial.

Comentários:

Margem líquida pode ser calculada da seguinte maneira:

$$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

Então imagine que você tem o seguinte:

Lucro líquido: 10

Receita Líquida de Vendas: 100

Sua margem líquida será: $10/100 = 0,1$ ou 10%.

Para haver aumento para 15% é por que o lucro líquido aumentou por algum fator posterior à receita líquida. Portanto, basta procurar qual das alternativas apresenta uma receita, no caso, é o resultado de equivalência patrimonial!

E o erro das demais alternativas? De 'a' a 'c' apresentam despesas e não receitas. A letra d não afeta o cálculo da margem líquida, pois é uma transação de capital, que ocorre no PL.

O gabarito é a letra e.

Gabarito – E.



AL-RO - ASSISTENTE LEGISLATIVO – 2018

6) **(FGV/ AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 01/02/2018, uma loja de móveis recebeu a encomenda de um móvel planejado. O valor total do móvel é de R\$ 9.000, sendo que a loja recebeu metade no ato e, o restante, em 30/04/2018.

O móvel foi construído nos meses de fevereiro, março e abril e foi entregue em 02/05/2018.

Considerando que a loja utiliza o Regime de Competência para controlar as suas vendas, assinale a opção correta em relação à receita apurada.

- A) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 4.500.
- B) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 9.000.
- C) Em março, a receita foi de R\$ 3.000.
- D) Em abril, a receita foi de R\$ 2.250.
- E) Em maio, a receita foi de R\$ 9.000.

Comentários:

Vamos comentar essa questão com base no novo pronunciamento Contábil **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**. De acordo com a referida norma:

22. No **início do contrato**, a entidade deve **avaliar os bens ou serviços prometidos** em contrato com o cliente e deve **identificar como obrigação de performance** cada **promessa de transferir ao cliente**:

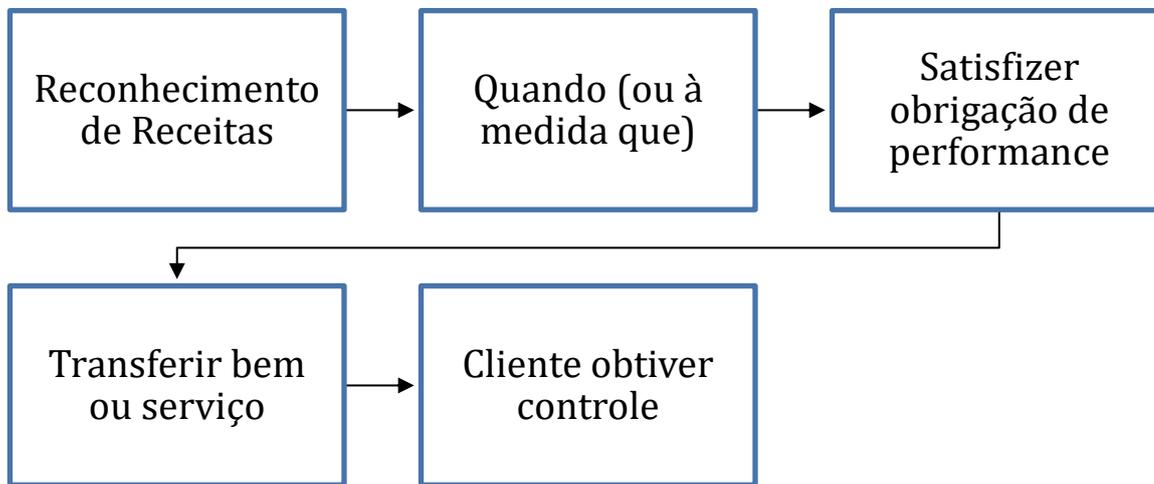
- (a) **bem ou serviço** (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- (b) **série de bens ou serviços** distintos que sejam **substancialmente os mesmos** e que tenham o **mesmo padrão** de transferência para o cliente (ver item 23).

Na nossa questão, uma loja de móveis recebeu a encomenda de um móvel planejado, ou seja, deverá transferir ao cliente um bem.

Por sua vez, o CPC 47 afirma que a entidade deve **reconhecer receitas** quando (ou à medida que) a entidade **satisfizer à obrigação de performance** ao **transferir o bem ou o serviço** (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é **considerado transferido** quando (ou à medida que) o **cliente obtiver o controle** desse ativo.



Esquemáticamente temos o seguinte:



Assim sendo, a loja de móveis somente vai reconhecer a receita de vendas de R\$ 9.000 quando transferir o bem para o cliente, o que ocorreu em maio!

Gabarito → E

7) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 31/12/2017, uma entidade possuía um investimento em outra sociedade com caráter temporário, e pretendia se desfazer do investimento em alguns anos.

Assinale a opção que indica a classificação correta do investimento, no balanço patrimonial de 31/12/2017 da entidade.

- A) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- B) Investimento.
- C) Propriedade para Investimento.
- D) Ativo Intangível.
- E) Patrimônio Líquido.

Comentários:

Pessoal, questão muito interessante e para responde-la precisamos entender o que representa o chamado Ativo Não Circulante – Investimentos. A lei 6404/76 nos afirma:

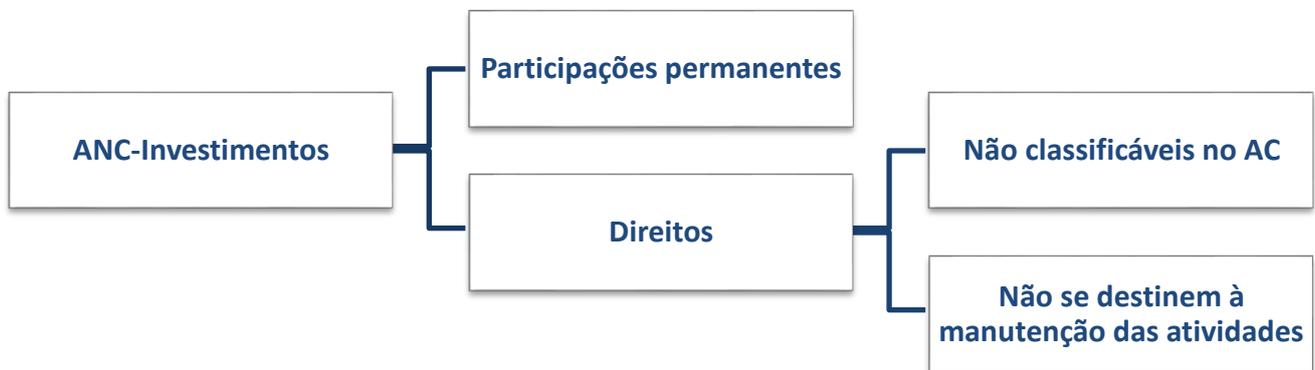


Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

III - em investimentos: as **participações permanentes em outras sociedades** e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;



ESQUEMATIZANDO



Ou seja, para ser um Ativo Não Circulante – Investimento as participações em outras sociedades devem ser PERMANENTES, ou seja, não se **destinam a venda ou não fazem parte de operações em descontinuidade.**

Na nossa questão, o investimento em outra sociedade possui **caráter temporário**, assim sendo, **não representa o grupo Investimentos!** Como a intenção é se desfazer do investimento em alguns anos, isto é, LONGO PRAZO, trata-se de um **Ativo Não Circulante – Realizável em Longo Prazo.**

Gabarito → A

8) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** As opções a seguir trazem exemplos de informações que são apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) Devolução de vendas.
- B) Provisão para imposto sobre a renda.



- C) Resultado de operações descontinuadas.
- D) Variação cambial.
- E) Distribuição de dividendos

Comentários:

A demonstração do resultado do exercício, que apura o lucro ou prejuízo obtido no exercício, tem a estrutura seguinte:

Estrutura da demonstração do resultado do exercício

Faturamento bruto (venda bruta + IPI sobre faturamento)

(-) IPI sobre faturamento bruto

Vendas brutas/Receita bruta de vendas/Receita operacional bruta

(-) Deduções da receita bruta

 Devoluções e cancelamento de vendas

 Abatimentos sobre vendas

 Descontos incondicionais concedidos/descontos comerciais

Impostos e contribuições sobre vendas e serviços (ICMS, ISS, PIS, COFINS)

Ajuste a valor presente sobre clientes

Vendas líquidas/Receita líquida de vendas/Receita operacional líquida

(-) Custo da mercadoria vendida (CMV = Est. inicial + Compras Líq. – Est. final)

Lucro bruto/Resultado operacional bruto/Resultado com mercadorias

(-) Despesas operacionais

 Com vendas

 Administrativas

 Gerais

 Financeiras líquidas (despesas financeiras – receitas financeiras)

 Outras despesas operacionais

 + Outras receitas operacionais

Resultado operacional líquido/Lucro ou prejuízo operacional líquido

(-) Outras despesas (antigas despesas não operacionais)



+ Outras receitas (antigas receitas não operacionais)

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

(-) Despesa com provisão para Imposto de Renda e CSLL

Resultado após o Imposto de Renda/CSLL e antes das participações

(-) Participações estatutárias sobre o lucro

Debenturistas

Empregados

Administradores

Partes beneficiárias

Fundo de assistência/previdência a empregados

Lucro ou prejuízo líquido do exercício

Das opções apresentadas, apenas a “E”, distribuição de dividendos não é evidenciada na Demonstração do Resultado do Exercício, pois não representa uma despesa para a empresa.

Gabarito → E

9) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Uma entidade adquiriu uma máquina, em 01/01/2015, para produção de seu principal produto por R\$ 80.000. A máquina tinha vida útil de dez anos; no entanto, a entidade esperava utilizá-la por oito anos e vendê-la, ao final do prazo, por R\$ 8.000.

Em 02/01/2017, a entidade constatou que máquinas mais modernas estavam sendo produzidas, de modo que reavaliou suas estimativas, passando a considerar a vida útil de três anos e valor residual de R\$ 5.000, a partir desta data.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2017, admitindo que a entidade utilizou o método das quotas constantes para depreciar os seus ativos imobilizados e que não houve ajustes decorrentes do teste de recuperabilidade.

- A) R\$ 5.000.
- B) R\$ 25.000.
- C) R\$ 37.000.
- D) R\$ 43.000.
- E) R\$ 45.400.



Comentários:

Questão recorrente em provas da FGV! Temos que fazer o cálculo da depreciação do equipamento e mudança de estimativa contábil.

O examinador nos fala que houve a aquisição da máquina em 01/01/2015 e em 02/01/2017, ou seja, 2 anos após, foi feita uma reestimativa da vida útil da máquina.



Fazendo um link com o CPC 23 – POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO, que é bastante cobrado pela FGV, a alteração da vida útil do bem é tratada como mudança de estimativa:

Mudança na estimativa contábil é um **ajuste** nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da **avaliação da situação atual e das obrigações** e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, **não são retificações de erros**.

Por ser uma mudança de estimativa, a aplicação é **PROSPECTIVA**, ou seja, “**para frente**”, não há necessidade de ajustarmos saldos anteriores, ok?

Vamos apurar agora a vida útil do bem quando a empresa efetua a mudança de estimativa:

Valor de Custo: 80.000

Valor Residual: 8.000

Vida Útil: 10 anos, mas a questão fala que a empresa pretende usar o bem por 8 anos, **portanto, ele deverá ser depreciado nesse prazo!! Muito cuidado.**

Depreciação Anual = $(80.000 - 8.000)/8 = 9.000$

Depreciação Acumulada_{02.01.2017} = $9.000 \times 2 = 18.000$

Valor Contábil_{02.01.2017} = $80.000 - 18.000 = 62.000$



Agora vamos calcular a nova depreciação com a reestimativa:

Valor Contábil $_{02.01.2017} = 62.000$

Valor Residual: 3.000

Vida Útil: 3 anos

Depreciação Anual = $(62.000 - 5.000) / 3 = 19.000$

Depreciação Acumulada $_{31.12.2017} = 19.000 + 18.000$ (calculada antes da reestimativa) = 37.000

Valor Contábil $_{31.12.2017} = 80.000 - 37.000 = 43.000$

Gabarito → D

10) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 02/07/2018, uma empresa de turismo vendeu um pacote para uma família passar as férias de janeiro de 2019, em Orlando. O valor foi pago integralmente em julho.

Assinale a opção que indica o lançamento correto da transação, na data da venda.

- A) D – Caixa C – Receita
- B) D - Custos dos serviços prestados C - Receita
- C) D – Caixa C - Receita antecipada
- D) D - Custos dos serviços prestados C - Receita antecipada
- E) D – Caixa C - Resultado de Exercícios Futuros

Comentários:

A empresa de turismo recebeu antecipadamente pela venda do pacote aos clientes, antes de prestar o serviço. Nesse caso, não irá reconhecer uma receita no momento da venda, mas **uma receita antecipada, classificada no Passivo.**

Contabilização:

D – Caixa
C - Receita antecipada



Gabarito → C

11) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade /2018)** Em 01/04/2017, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de quatro anos, no valor de R\$ 96.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2017.

A) Ativo Circulante: R\$ 18.000 / Ativo não Circulante: R\$ 78.000.

B) Ativo Circulante: R\$ 24.000 / Ativo não Circulante: R\$ 54.000.

C) Ativo Circulante: R\$ 24.000 / Ativo não Circulante: R\$ 72.000.

D) Ativo Circulante: R\$ 42.000 / Ativo não Circulante: R\$ 54.000.

E) Ativo Circulante: 0 / Ativo não Circulante: R\$ 78.000.

Comentários:

Segundo a Lei 6.404:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

Vamos esquematizar?



Ativo circulante
Disponibilidades
Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente
Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte

Como a empresa pagou 96.000 por um seguro, temos uma despesa antecipada, **que deve ser segregada em ativo circulante e não circulante** – realizável em longo prazo, pois o prazo de vigência do seguro é de 4 anos (48 meses). No ano de 2017, teremos a apropriação de 9 meses de despesas com seguros, no valor mensal de $96.000/48 = 2.000$



Assim sendo, em 31.12/2017, sobraram 39 meses de vigência do seguro, **sendo que 12 parcelas ficaram no Ativo Circulante e 27 parcelas no Ativo Não Circulante.**

Despesas Antecipadas – Seguros a Apropriar (Ativo Circulante)	24.000 (12 x 2.000)
Despesas Antecipadas – Seguros a Apropriar (Ativo Não Circulante)	54.000 (27 x 2.000)

Gabarito → B

12) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade/2018)** Uma entidade brasileira, cuja moeda funcional é o real, vendeu produtos nos Estados Unidos, de modo que, em 31/12/2017, possuía 600 dólares em caixa. A entidade irá utilizar o valor em dólar para comprar nos Estados Unidos peças para conserto de sua impressora.

Assinale a opção que indica a taxa a ser utilizada para a conversão dos 600 dólares em moeda nacional na elaboração do Balanço Patrimonial da entidade, em 31/12/2017.

- A) Taxa de compra da instituição financeira na data da transação.
- B) Taxa de compra da instituição financeira na data da negociação.
- C) Taxa de venda da instituição financeira na data da transação.
- D) Taxa de venda da instituição financeira na data final do balanço.
- E) Taxa projetada da instituição financeira para o dia de uso do montante.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 02 – Taxa de Câmbio:

23. Ao término de cada período de reporte:
(a) os itens **monetários** em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a **taxa de câmbio de fechamento**;

Isto é, a conta caixa (item monetário) será convertida usando a taxa de câmbio de fechamento que é Taxa de fechamento é a **taxa de câmbio à vista vigente ao término do período de reporte.**



Gabarito → D

13) (FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade/2018) Assinale a opção que indica, no Balanço Patrimonial de uma entidade, as contas classificadas como Disponibilidades.

- A) Conta especial de cobrança e numerário em trânsito decorrente de remessas para filiais.
- B) Saldos de contas em bancos em liquidação e conta movimento.
- C) Depósitos bloqueados e depósitos vinculados à liquidação de empréstimo.
- D) Conta especial para pagamento e saldos de contas em bancos em liquidação.
- E) Conta movimento e depósitos vinculados para liquidação de contratos de câmbio.

Comentários:

As disponibilidades são elementos que representam dinheiro ou que nele possam ser convertidos de forma imediata, como a **conta caixa, bancos conta movimento**.

Quais são as contas que compõem as disponibilidades? Bem, basicamente a conta caixa e equivalentes de caixa.

Exemplos de disponibilidades:

- Caixa.
- Contas bancárias
- Numerários em trânsito, enquanto estiverem em trânsito.
- Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a **um insignificante risco de mudança de valor**.



Pontos de atenção!

- Contas bancárias da empresa quando o **banco está em liquidação**: não entram, devem ser reclassificadas para contas a receber.

Observação: as instituições financeiras não estão sujeitas ao processo de falência. Então, o seu processo de falência é distinto sendo que uma das fases é chamada de liquidação.



- Depósitos vinculados a operações de curto prazo: também não entram, já que não estão prontamente disponíveis para serem sacados pela empresa.

Gabarito → A

14) **(FGV/AL-RO/ Técnico em Contabilidade/2018)** Uma entidade que possuía dez funcionários costuma pagar os seus funcionários por meio de cheques, sempre distribuídos no último dia útil do mês.

Em 30/01/2018, a entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Caixa	60.000	Capital Social	60.000
Ativo Total	60.000	PL Total	60.000

Em 31/01/2018, a administração da entidade preparou dez cheques de R\$ 5.000 para seus funcionários. Na data, três funcionários receberam seus cheques, enquanto o restante estava trabalhando em um cliente e não conseguiu receber.

Assinale a opção correta sobre os saldos do ativo circulante e do passivo circulante evidenciados no balanço patrimonial da entidade, em 01/02/2018.

- A) R\$ 10.000 e zero.
- B) R\$ 15.000 e R\$ 35.000.
- C) R\$ 60.000 e R\$ 50.000.
- D) R\$ 45.000 e zero.
- E) R\$ 45.000 e R\$ 35.000.

Comentários:

Ao final do mês, a empresa deve reconhecer a despesa de salários dos funcionários com o seguinte lançamento:

D – Despesas de Salários
C – Salários a Pagar (Passivo Circulante) 50.000



A questão fala que a empresa emitiu 10 cheques, mas apenas 3 funcionários receberam, ou seja, de 50.000 de Salários a Pagar que a empresa possuía, só $3 \times 5.000 = 15.000$ foram quitados, permanecendo saldo no Passivo Circulante de $50.000 - 15.000 = 35.000$.

O saldo do caixa era de 60.000, como os cheques foram recebidos pelos funcionários, o saldo passou para $60.000 - 15.000 = 45.000$

Gabarito → E



DPE – RO – 2015

15) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Em 01/01/x1, a empresa de navegação Senrota conquistou o direito de concessão para explorar economicamente o transporte de balsa do rio Tuiuiu, em consonância com seu objetivo social. O contrato previa também a prestação de serviços de transporte de balsa para os rios Obaba e Sotutu, todos no estado do Alagados.

O contrato de concessão irá vigorar por 10 anos, renováveis por igual período, caso a Senrota atenda todos os requisitos do contrato, entre eles, disponibilizar nove balsas distribuídas pelos três rios (vide tabela abaixo).

Os investimentos necessários para prestar o serviço e atender o contrato são os seguintes:

Rio	Investimentos \$	Nº mínimo de balsas exigidas no contrato
Tuiuiu	100.000.000,00	3
Obaba	85.000.000,00	4
Sotutu	25.000.000,00	2
Total	210.000.000,00	9

Em 01/01/x2, a Senrota fez um teste de recuperabilidade dos seus ativos e chegou aos seguintes números:

Rio	Balsa	Valor de Mercado \$	Valor de Uso \$
Tuiuiu	1	20.000.000,00	25.000.000,00
	2	20.000.000,00	35.000.000,00
	3	20.000.000,00	40.000.000,00
Obaba	1	20.000.000,00	8.000.000,00
	2	20.000.000,00	20.000.000,00



	3	20.000.000,00	20.000.000,00
	4	20.000.000,00	25.000.000,00
Sotutu	1	20.000.000,00	20.000.000,00
	2	20.000.000,00	15.000.000,00
Total		180.000.000,00	208.000.000,00

Considerando essas informações, a Senrota deve reconhecer uma perda de valor recuperável de ativos no valor de:

- (A) Zero;
- (B) \$ 2.000.000 – para todo o contrato de concessão;
- (C) \$ 7.000.000 – todas as balsas Obaba;
- (D) \$ 12.000.000 – Balsa 1 – Obaba; e \$ 5.000.000 – Balsa 2 – Sotutu;
- (E) \$ 30.000.000 – para todo o contrato de concessão.

Comentários:

Essa veio diretamente do pronunciamento CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos:

68. Conforme definido no item 6, uma **unidade geradora de caixa** de um ativo é o menor grupo de ativos que inclui esse ativo e gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos.

A identificação de uma unidade geradora de caixa do ativo envolve julgamento. Se o valor recuperável não puder ser determinado para um ativo individual, a entidade identifica o menor agregado de ativos que gera entradas de caixa em grande parte independentes.

Exemplo

Uma empresa de ônibus fornece serviços, sob contrato, a um município que requer a prestação de serviços mínima em cada uma das cinco linhas operadas. Os ativos alocados



a cada linha e os fluxos de caixa provenientes de cada linha podem ser identificados separadamente. Uma das linhas opera com prejuízo significativo.

Como a entidade não tem a opção de eliminar nenhuma das linhas operadas, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos são as entradas de caixa geradas pelas cinco linhas em conjunto. **A unidade geradora de caixa para cada linha é a empresa de ônibus como um todo.**

A banca apenas trocou “linhas de ônibus” por “balsas”, mas a estrutura da questão é a mesma. Como a empresa não tem a opção de eliminar nenhuma das balsas operadas, o teste de recuperabilidade deve ser feito para todas as balsas (que é a unidade geradora de caixa).

Vamos lá:

Investimento 210.000.000 / 10 anos = 21.000.000

Portanto, a amortização anual é de \$21.000.000.

Em 01/01/X2, o valor contábil é:

210.000.000 – amortização 21.000.000 = \$189.000.000

O valor recuperável é o valor em uso, de \$ 208.000.000.

Como o valor recuperável é maior que o valor contábil, não há necessidade de ajuste para perda com teste de recuperabilidade.

Gabarito → A

16) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Pelas práticas contábeis aplicadas no Brasil, uma debênture com juros anuais de 10%, e conversível em ações da data de seu vencimento por sua emitente, deve ser classificada como:

- a) instrumento derivativo;
- b) passivo;



- c) capital social;
- d) patrimônio líquido;
- e) título híbrido nas demonstrações consolidadas.

Comentários:

Vamos pegar o conceito de debêntures emprestado do CPC 41, que diz:

Debêntures são instrumentos financeiros representativos de contrato de mútuo. **Os titulares têm direito de crédito, perante a companhia, nas condições fixadas por instrumento elaborado por esta, que se chama “escritura de emissão”.** Tal instrumento estabelece ou pode estabelecer se o crédito é monetariamente corrigido; se sim, qual o indexador, a participação no resultado, a conversibilidade em ações, as garantias desfrutadas pelos debenturistas, as épocas de vencimento da obrigação e os demais requisitos determinados ou autorizados por lei.

As debêntures são classificadas no passivo, pois representam obrigação da empresa, conforme o prazo.

Vamos exemplificar: Em 01.01.X1, a companhia KLS, emitiu e negociou debêntures conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 100.000,00, vencíveis em 12 meses.

D – Bancos (Ativo Circulante)	R\$ 100.000,00
C – Debêntures Conversíveis (Passivo)	R\$ 100.000,00

Neste caso, como são obrigações de curto prazo as debêntures ficam no passivo circulante. Se houver conversibilidade em ações, por exemplo, a empresa, em vez de pagar, resolve conceder aos debenturistas ações neste valor, devemos lançar:

D – Debêntures Conversíveis (Passivo)	R\$ 100.000,00
C – Capital social (Patrimônio Líquido)	R\$ 100.000,00



Gabarito → B.

17) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** A empresa de softwares Marcosoft S.A. adquiriu, pelo valor de \$ 7.600.000,00, todos os sistemas desenvolvidos por sua concorrente Sopa Ltda. O valor justo dos sistemas é de \$ 6.100.000,00. Nas demonstrações financeiras da Sopa era possível identificar que o custo para desenvolver os sistemas correspondia ao valor líquido de \$ 3.000.000,00.

Considerando as informações acima, a Marcosoft deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como goodwill;
- b) \$ 3.000.000,00 como intangível e \$ 4.600.000,00 como goodwill;
- c) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como despesa;
- d) \$ 3.000.000,00 como investimento e \$ 4.600.000,00 como intangível;
- e) \$ 7.600.000,00 como intangível.

Comentários:

Trata-se de aquisição de Ativo Intangível. Segundo o pronunciamento CPC 04 (R1) – Ativo Intangível:

24. Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

Aquisição separada

25. Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor. Em outras palavras, a entidade espera que haverá benefícios econômicos a seu favor, mesmo que haja incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos separadamente.

26. Além disso, o custo de ativo intangível adquirido em separado pode normalmente ser mensurado com confiabilidade, sobretudo quando o valor é pago em dinheiro ou com outros ativos monetários.



O item 21 do pronunciamento CPC 04 - Ativo Intangível – estabelece que um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

- (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

A condição (a) é sempre considerada atendida para os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Afinal, nenhuma empresa iria adquirir Intangível se não tivesse a firme expectativa de obter benefícios econômicos com eles.

E o item (b) também é atendido, pois o custo de aquisição do ativo intangível pode normalmente ser medido com confiabilidade.

Portanto, a alternativa correta é a letra E, que indica a contabilização de \$ 7.600.000,00 como intangível.

Vejamos agora o erro das demais alternativas:

a) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como goodwill;

Errado. Se fosse aquisição de Investimento, no balanço individual da investidora ficaria contabilizado em Investimento pelo valor total de \$7.600.000, dividido entre Valor Patrimonial de \$ 6.100.000,00 e Goodwill de \$ 1.500.000,00. Mas, como se trata de aquisição de Ativo Intangível, tal contabilização não se aplica.

b) \$ 3.000.000,00 como intangível e \$ 4.600.000,00 como goodwill;

Errado. O custo registrado na contabilidade da empresa vendedora não será contabilizado na empresa compradora.

c) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como despesa;



Errado. Não é caso de aquisição de investimento; mas, mesmo na hipótese de aquisição de investimento, o valor de \$1.500.000 seria contabilizado em Investimento, como Goodwill, e não como despesa.

d) \$ 3.000.000,00 como investimento e \$ 4.600.000,00 como intangível;

Errado. O custo registrado na contabilidade da empresa vendedora não será contabilizado na empresa compradora.

Gabarito → E.

18) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

Comentários:



Conforme o pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma **obrigação legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Quando surge um “evento que cria obrigação”, a empresa deve reconhecer (contabilizar) um passivo ou uma provisão. Um evento que cria obrigação pode se originar de **obrigação legal** ou **obrigação não formalizada**.

Vejamos as definições, conforme o cpc 25:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de **padrão estabelecido de práticas passadas**, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma **expectativa válida** nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

É fácil entender a “obrigação legal”. A empresa assina um contrato e aluga um imóvel (vai ter que pagar o aluguel), emite um pedido e compra mercadoria (vai ter que pagar o que comprou) e assim por diante.

Mas a “obrigação não formalizada” não é tão simples assim. O ponto chave neste tipo de obrigação é “criar expectativa válidas nas outras partes”.

Um exemplo para explicar melhor: digamos que a empresa X tenha 5 fábricas no Brasil e resolva efetuar uma reestruturação em suas operações e fechar uma de suas fábricas.



A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes.** Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

Muito bem. Vamos analisar as medidas para verificar a necessidade de provisão:

“1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;”

Item de difícil julgamento. Há dois exemplos desse tipo de situação no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Exemplo 5A – Fechamento de divisão – nenhuma implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu **encerrar as atividades de uma divisão.**

Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação.**

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Exemplo 5B – Fechamento de divisão – comunicação/ implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico.

Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

A diferença entre o exemplo 5 A e o 5B é a elaboração do plano detalhado e sua comunicação. Na nossa questão, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa.

Dessa forma, ainda não ocorreu o planejamento detalhado e a comunicação aos clientes, o que não gera provisão, conforme o exemplo 5A.

“2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;”

O presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa. Portanto, os funcionários já estão cientes do programa de demissão de metade dos executivos. Já existe expectativa válida de válida nessas outras partes de que a empresa cumprirá com essas responsabilidades.

Portanto, deve ser provisionado.

“3) Construção de um prédio administrativo;”



Trata-se de construção de ativo da empresa. Deve ser contabilizado à medida em que ocorram os gastos. Não gera provisão.

“4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.”

Vamos supor que o encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo gere uma multa equivalente a três meses de aluguel. A empresa pretende construir um prédio e depois disso encerrar o contrato.

Isso não gera nenhuma provisão. A empresa pode mudar de ideia e não encerrar o contrato. O valor só será devido quando ocorrer o cancelamento.

Em outras palavras, não há obrigação presente resultante de fatos ocorridos, o que caracteriza um passivo.

Assim, apenas o item 2 será provisionado.

Gabarito → C

19) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Um investimento avaliado pelo método de custo deve:

- a) ter periodicamente seu valor justo mensurado e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado;
- b) com base na Lei nº 6.404/76, e suas alterações, ser baixado para resultado ou avaliado ao valor justo;
- c) ser avaliado por equivalência patrimonial;
- d) ter seu valor recuperável testado quando houver evidência de perda;
- e) ser ajustado pela deliberação sobre a distribuição de dividendos.

Comentários

Conforme a Lei 6404/76:



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

III - os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, **pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor**, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas;

IV - os demais investimentos, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior;

Os artigos 248 a 250 referem-se aos investimentos em coligadas e controladas, que estudaremos a seguir.

Os investimentos que não sejam em coligadas ou controladas são avaliados pelo **custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis**. Apenas destacamos que esse o método de custo está sendo substituído pela avaliação a valor justo, de acordo com o CPC – 48 – Instrumentos Financeiros.

Conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos:

9. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Gabarito → D.

20) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** A empresa de papel e celulose Sem Cor construiu sua nova planta industrial perto da plantação de eucaliptos. A cidade mais próxima está localizada a mais de 100 km de distância. Com o intuito de auxiliar seus empregados, a empresa construiu um alojamento para ser alugado a eles. No que tange aos gastos com esse alojamento, a classificação correta a ser feita pela Sem Cor é:



- a) investimento;
- b) propriedade para investimento;
- c) imobilizado;
- d) como despesa, já que não atua no ramo de locação;
- e) intangível em função da fidelização do aluguel.

Comentários:

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) **para auferir aluguel** ou para valorização do capital ou para ambas.

Segundo o CPC 27 (ativo imobilizado):

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, **para aluguel a outros**, ou para fins administrativos; e
- (b) se espera utilizar por mais de um período.

As duas definições mencionam “aluguel”. Qual é a diferença entre elas? Ou seja, **quando um imóvel alugado será classificado com “Propriedade para Investimento” e quando será considerado um “Imobilizado”?**

A resposta está na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:

46. (...) No ativo imobilizado, a figura do aluguel só pode existir quando estiver vinculado a ativo complementar na produção ou no fornecimento de bens ou serviços. Por exemplo, uma fazenda pode ter residências alugadas a seus funcionários, uma extratora de minerais pode construir residências no meio da floresta também para alugar a seus

funcionários, etc. Nesse caso, os ativos alugados são, na verdade, parte do imobilizado necessário ao atingimento da atividade-fim da entidade.

47. Se houver investimento para obter renda por meio de aluguel, em que este é o objetivo final, no qual o imóvel é um investimento em si mesmo, e não o complemento de outro investimento, aí se tem a caracterização não do ativo imobilizado, mas sim de propriedade para investimento. A propriedade para investimento, ao contrário do ativo alugado classificado no imobilizado, tem um fluxo de caixa específico e independente, ou seja, ele é o ativo principal gerador de benefícios econômicos, e não um acessório a outros ativos geradores desses benefícios.

Ou seja: **se o aluguel estiver vinculado à atividade da empresa (residência na floresta para mineradores, casas na fazenda para os trabalhadores rurais, etc) é Imobilizado.**

Se o aluguel **não estiver vinculado à atividade da empresa, e se destina apenas a gerar renda, então será classificado como propriedade para Investimento.**

Portanto, na questão, classificaremos como ativo imobilizado.

Gabarito → C.

21) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Um grupo de ativo imobilizado tinha como critério de depreciação o número de unidades produzidas. Sua produção variava entre 950 e 1050 unidades por mês. Após perder um cliente, a produção reduziu para 700 unidades ao mês.

Entretanto a depreciação continuou considerando uma produção de 950 unidades por 14 meses, o que ocasionou uma distorção expressiva do valor líquido contábil.

Nessa situação, a empresa deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) estornar a diferença imediatamente, creditando a conta de resultados acumulados;
- (B) suspender o reconhecimento da depreciação desse ativo para que o valor líquido contábil retrate a situação econômica do bem;
- (C) alterar o critério de depreciação para o método de quotas constantes;
- (D) manter o nível histórico de depreciação, conforme estabelece o princípio do conservadorismo;



(E) manter a despesa de depreciação, levando em conta a possibilidade de retomada dos níveis anteriores.

Comentários

Trata-se de questão que envolve, a um só tempo, o CPC 27 (Ativo imobilizado) e CPC 23 (Políticas contábeis, mudança de estimativa e correção de erro). **Dois CPCs em uma única questão!**

Vamos lá!

Existem vários métodos para se depreciar um ativo, entre eles, o método das unidades produzidas.

Por este método, **estima-se a quantidade total de unidades que será produzida. A depreciação é feita dividindo-se o total efetivamente produzido pela capacidade total de produção.**

Por exemplo, uma máquina que custou \$ 100.000 e com capacidade de produção total, ao longo de toda a sua vida útil, de 1.000.000 de unidades. No ano de X1, foram produzidas 80.000 unidades. Portanto, a depreciação em X1 será:

$$(80.000 / 1.000.000) = 0,08 \text{ ou } 8\%.$$

Valor da depreciação em X1: $\$100.000 \times 8\% = \$ 8.000,00$.

No mesmo sentido vai o CPC 27:

62. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O método dos saldos decrescentes resulta em despesa decrescente durante a vida útil. **O método de unidades produzidas resulta em despesa baseada no uso ou produção esperados.** A entidade seleciona o método que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.



Portanto, vê-se que a empresa vinha utilizando o método das unidades produzidas. Ok?

Mas aqui vai uma pergunta chave para a resolução da questão: ela depreciava com base em uma estimativa ou com base na produção efetivamente industrializada? Ora, com base na produção. Portanto, **o que houve foi um erro quando do cálculo da depreciação!** E, para corrigir esta hipótese, não há previsão do que fazer no CPC 27. O mais próximo que encontramos, e provavelmente o ponto em que a banca se baseou foi o seguinte:

61. O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Estamos quase certos de que a FGV utilizou-se do item 61, acreditando que houve mudança de estimativa, motivo pelo qual a depreciação deveria cessar até que a situação se normalizasse. Para a banca, o fato de pararmos de produzir 950 unidades, passando para 700, **constituiria mudança de estimativa. Mas não é! Foi um erro! E há que se fazer distinção entre os itens (estimativa contábil e erro).**

Vamos para o CPC 23.

1) Mudança na estimativa contábil é um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, não são retificações de erros.

2) Erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que:

- (a) estava disponível quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos; e
- (b) pudesse ter sido razoavelmente obtida e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.



Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraudes.

Ora, **estamos claramente frente a um erro**. Seria estimativa somente se tivéssemos uma informação próxima, estimada, para depreciarmos, mas não é! A informação estava disponível, poderia ser obtida e levada em consideração.

E como o CPC 23 manda corrigir tal situação?

- 1) As alterações nas Estimativas Contábeis devem ser aplicadas de forma **prospectiva**.
- 2) E quanto à **correção de erros**:

A) **Erros materiais** (que podem alterar a decisão dos usuários das demonstrações contábeis) devem ser ajustados de forma **retrospectiva**;

B) Erros decorrentes de **fraudes (material ou imaterial) devem ter aplicação retrospectiva**.

Portanto, o correto é fazer uma **correção retrospectiva desta depreciação, para corrigir**. Se o erro tiver se dado no exercício presente, fazemos o estorno diretamente no resultado do exercício. Caso estejamos face a erro de exercício anterior, devemos fazer o acerto na conta lucros acumulados.

Assim, não merece prosperar o gabarito da banca (letra b: suspender o reconhecimento da depreciação desse ativo para que o valor líquido contábil retrate a situação econômica do bem), devendo a questão ter sido anulada! Mas a banca turrona não o fez.

Gabarito → B.

22) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** A Cia Catabento fabrica 2.500 cadernos por dia e possui as seguintes contas de estoques:

Contas	\$
Matéria Prima	100.000,00
Materiais Destinados a Obras	125.000,00



Matérias de Consumo	150.000,00
Mercadorias em Trânsito	175.000,00
Para Revenda	200.000,00
Peças de Reposição de Equipamentos	225.000,00
Produtos Acabados	250.000,00
Produtos em Elaboração	275.000,00

Deve ser classificado no Ativo Não Circulante o seguinte saldo:

- a) zero;
- b) \$ 125.000,00;
- c) \$ 275.000,00;
- d) \$ 350.000,00;
- e) \$ 400.000,00.

Comentários

Todas essas contas são classificadas, em regra, no ativo circulante:

Matéria Prima	100.000,00
Matérias de Consumo	150.000,00
Mercadorias em Trânsito	175.000,00
Para Revenda	200.000,00
Produtos Acabados	250.000,00
Produtos em Elaboração	275.000,00

São contas relacionadas à produção. Na contabilidade de custos aprendemos que todos os gastos relacionados à produção são denominados custos, compondo o custo da mercadoria, sendo, assim, ativados.

As contas peças de reposição (225.000,00) e materiais destinados a obras (125.000,00) vão ficar no ativo não circulante imobilizado.



$$225.000,000 + 125.000,00 = 350.000,00$$

Gabarito → D.

23) **(FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015)** Quando uma empresa apresenta em sua demonstração de resultados do exercício um valor classificado como “Lucro do exercício de operações descontinuadas”, um analista de mercado deve previamente saber que:

- a) a empresa vendeu imobilizado e teve lucro nessa operação;
- b) esse lucro pode ser gerado pela venda de uma importante linha separada de negócio ou o resultado de ativos circulantes mantido para a venda;
- c) o resultado (lucro ou prejuízo) de operações descontinuadas substituiu o resultado não operacional após a Lei nº 11.638/2007;
- d) representa um lucro que será realizado no exercício seguinte;
- e) refere-se a receitas eventuais de uma empresa, como o aluguel de ativos que não opera para suas atividades fim.

Comentários:

Segundo o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

32. Uma **operação descontinuada** é um componente da entidade que foi **baixado ou está classificado como mantido para venda e**

- (a) representa uma **importante linha separada de negócios ou área geográfica** de operações;
- (b) é parte integrante de um **único plano coordenado para venda** de uma **importante linha separada de negócios** ou área geográfica de operações; ou
- (c) é uma **controlada adquirida exclusivamente** com o objetivo da revenda.

É importante demonstrar separadamente o lucro das operações descontinuadas, já que este valor não irá se manter. Ou seja, **se a empresa vende uma linha separada de negócios, o lucro gerado por tal linha de negócios não irá mais aparecer na demonstração do resultado.** Por isso, a



importância de se demonstrar o lucro das operações descontinuadas separadamente das operações normais da empresa.

Ainda segundo o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas. Em particular, o Pronunciamento exige que os ativos que satisfazem aos critérios de classificação como mantidos para venda sejam:

- (a) mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda, e que a depreciação ou a amortização desses ativos cesse;
- (b) apresentados separadamente no balanço patrimonial e que os resultados das operações descontinuadas sejam apresentados separadamente na demonstração do resultado.

Assim, parece que há um erro na letra B. Vejamos:

“b) esse lucro pode ser gerado pela venda de uma importante linha separada de negócio ou o resultado de ativos circulantes mantido para a venda;”

O correto seria “...ou o resultado de ativo **não circulante** mantido para a venda”.

Ainda assim, a banca não anulou a questão.

Gabarito → B.

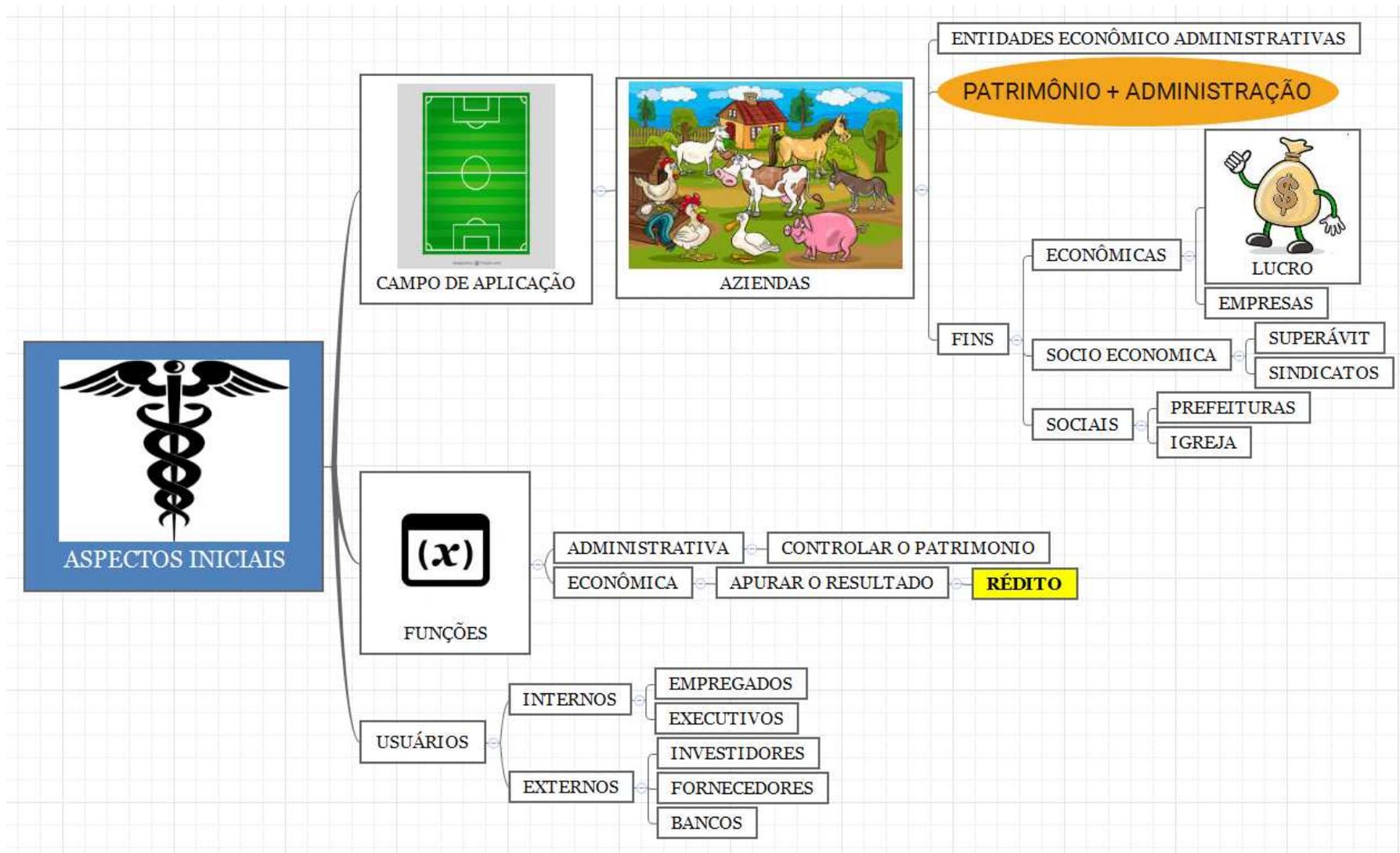


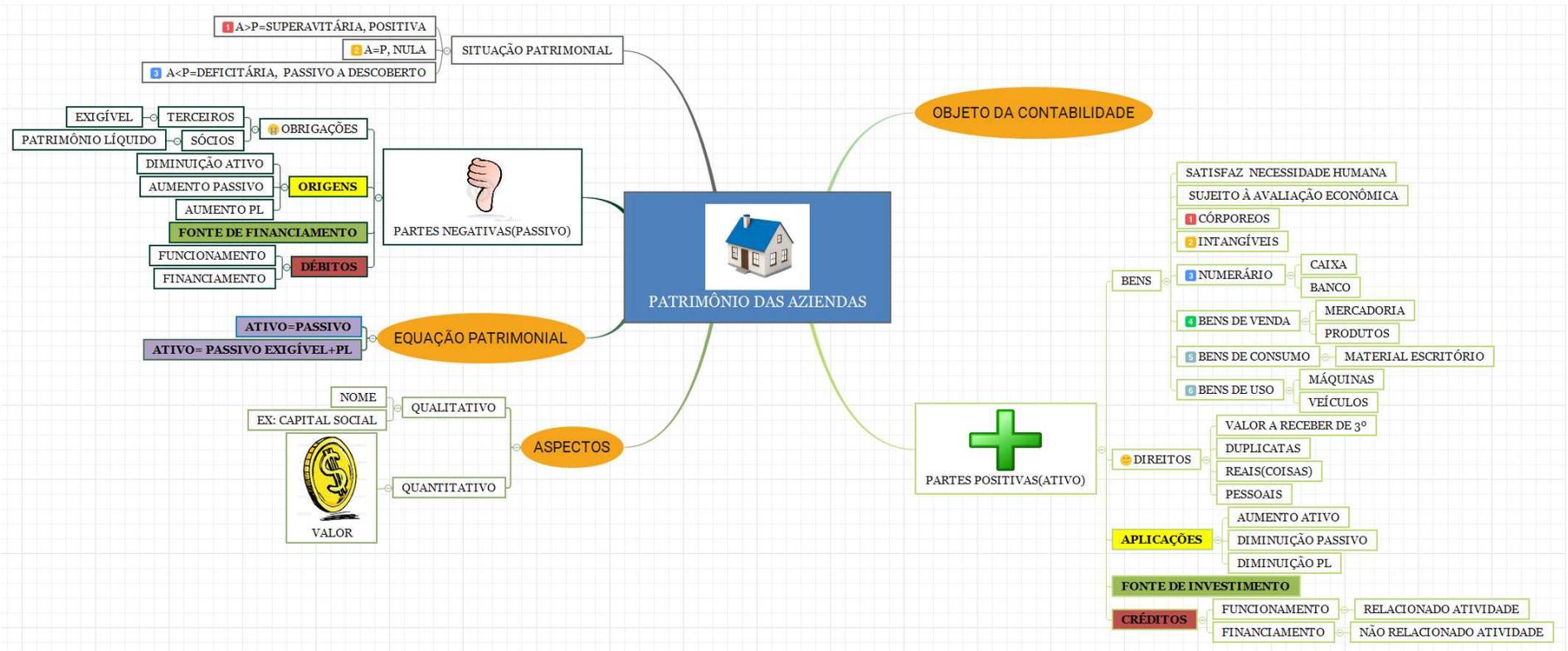
6. GABARITO

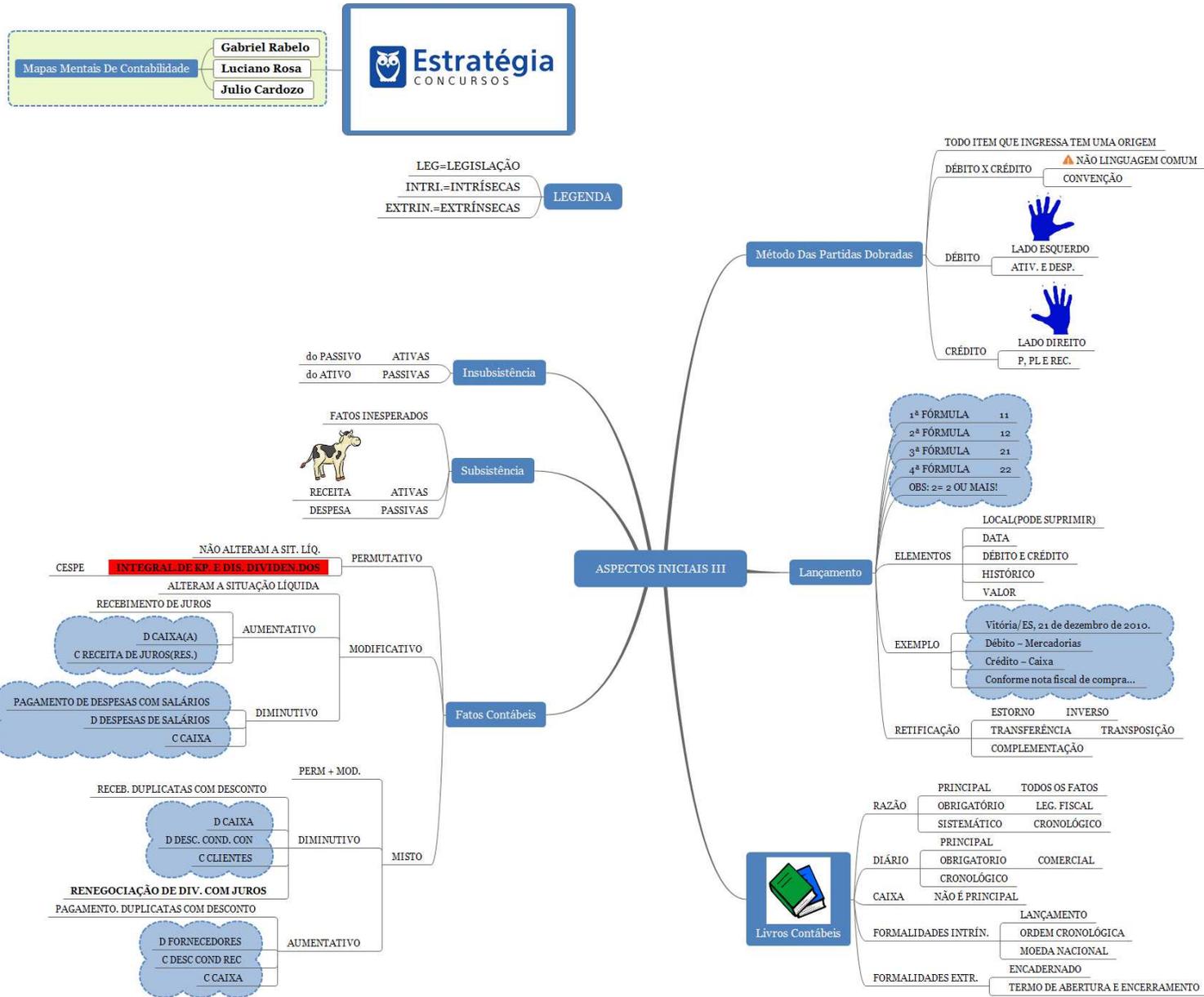
Questão	Gabarito
1	B
2	A
3	C
4	B
5	E
6	E
7	A
8	E
9	D
10	C
11	B
12	D
13	A
14	E
15	A
16	B
17	E
18	C
19	D
20	C
21	B
22	D
23	B



7. MAPAS MENTAIS







8. ATÉ A PRÓXIMA!!

Pessoal, espero que tenham gostado das aulas e dessa análise da banca FGV! Perceberam que os comentários que fizemos se refletiram nas questões apresentadas, não é mesmo?

Já temos muita informação relevante, sobre o “jeito FGV” de cobrança de questões e te aguardo na próxima aula! Temos muito trabalho pela frente, meus amigos, isso é só o começo!!

Professor Julio Cardozo.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.